O desenvolvimento da teoria da possibilidade da crise

Francisco Paulo Cipolla[1]
Dayani Cris de Aquino[2]

Introdução

As teorias de crise marxistas, que ficaram conhecidas como "teorias da necessidade", sempre tiveram que se basear num ponto de vista parcial da teoria de Marx. A vantagem dessas proposições é a tentativa de mostrar que as crises são um elemento necessário do processo de reprodução. No entanto, seja os esquemas de Grossman (1992) nos quais o aumento da composição orgânica do capital leva à exaustão o resíduo de consumo dos capitalistas e dá início a um período de crise econômica; seja a estagnação da massa de lucro de Shaikh (1991) causada pela queda da taxa de lucro, estagnação que abre um período necessário de destruição de capital; seja o *profit squeeze* de Itoh (1980; 1988) produzido pelo aumento dos salários à medida que a expansão enxuga o desemprego, todas essas interpretações têm a desvantagem de serem aplicáveis com dificuldade à análise das crises concretas.

Por outro lado, atribui-se às teorias subconsumistas e de desproporção o adjetivo de "teorias da possibilidade", pelo fato de que elas não são capazes de demonstrar que a crise necessariamente ocorre. Contudo, colocar em pólos opostos a "possibilidade da crise" e a "necessidade da crise" não está de acordo com a concepção do próprio Marx. Na *Teorias da Mais Valia*, Marx parece indicar um método de investigação das crises que parte do que ele chamou de possibilidade da crise (enquanto suas formas abstratas de ruptura entre valor e valor de uso e entre compra e venda) em direção à concretização da crise (enquanto incorporação de elementos mais concretos da realidade capitalistas, tais como a concorrência e o crédito). De acordo com este método deve ser possível demonstrar a necessidade da crise. Portanto, possibilidade e necessidade não se contrapõem, mas, ao contrário, a primeira é apenas um estágio metodológico para se demonstrar a segunda. Todavia, a teoria da possibilidade da crise foi deixada a um nível incompleto, isto é, praticamente ao nível pré-capitalista do hipotético sistema monetário no qual a função do dinheiro como meio de entesouramento representa a possibilidade de interrupção da metamorfose da mercadoria.

O objetivo deste trabalho é adicionar ao sistema monetário elementos mais concretos da concorrência, sobretudo o progresso técnico e o crédito, a fim de mostrar como as formas mais abstratas da crise se desdobram e tornam a possibilidade da crise cada vez mais concreta. Nessa concepção, a teoria da crise nada mais é do que a reunião hierarquizada de todos os níveis de análise que tornam mais concreta a possibilidade de crise inscrita no duplo caráter da mercadoria enquanto valor de uso e valor. A análise do capital a níveis cada vez mais concretos deve fornecer uma base mais ampla para tornar a possibilidade de crise em realidade iminente.

A possibilidade da crise tal como derivada da circulação simples é um passo metodológico fundamental e ao mesmo tempo apenas incipiente, pois ainda desprovido

---

[1] Professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná (UFPR).
[2] Mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico da UFPR. Este artigo é parte do estudo desenvolvido na dissertação intitulada "Os desdobramentos das contradições do processo de reprodução do capital: elementos para o entendimento das crises" a ser defendida em 19/06/2007.

das determinações do capital sobre essa possibilidade. O curso desse desenvolvimento deve incluir: a análise do circuito do capital como unidade não imediata da produção e da circulação de modo que a interrupção na sucessão das fases do circuito causa desordem na existência simultânea; a análise das condições de balanço entre fundos de depreciação e acumulação, de um lado, e gastos de reposição e ampliação do capital e a inclusão da concorrência e progresso técnico para mostrar que este balanço entre fundo de depreciação e necessidades de reposição necessariamente entra em desequilíbrio; a análise da concentração dos fundos de depreciação e acumulação no sistema bancário; recurso ao crédito como arma da concorrência já que taxa de lucro sobre o capital próprio é sempre maior para aqueles que têm mais capital alheio e já que a taxa de lucro sobre o capital total é maior do que a taxa média de lucro (Germer, 2007); por fim seria necessário incorporar o capital fictício como forma de manutenção dos fundos inativos, sua negociação a nível internacional de acordo com as taxas diferenciais de juros, mas esta parte situa-se fora do alcance deste trabalho.

A descrição do processo de acumulação deve ser capaz de "acumular" todas essas características numa única figura, a economia capitalista em toda a sua complexidade. Isso deve deixar clara a natureza frágil de todo o edifício. "A crise real só pode ser deduzida a partir do movimento real da produção capitalista, da concorrência e do crédito" (Marx 1971: 512).

A crise enquanto revelação das contradições do capitalismo

A relação entre as contradições do processo de reprodução do capital e as crises é expressa por Marx em várias passagens como, por exemplo, "as crises são sempre apenas *soluções momentâneas* violentas das *contradições*, irrupções violentas que restabelecem momentaneamente o equilíbrio perturbado" (Marx, 1986: 188). Se as crises são, portanto, soluções momentâneas para as contradições do capitalismo, então, dois elementos são importantes, do ponto de vista metodológico, para o desenvolvimento da possibilidade da crise em direção a sua concretização. O primeiro é conceber a crise enquanto a restauração de unidades que conectam a produção e a circulação do valor, mas que por algum motivo se rompem, ou seja, se tornam independentes:

> Se, por exemplo, compra e venda – ou o movimento da metamorfose da mercadoria – configura a unidade de dois processos, ou antes, o decurso de um processo por meio de duas fases opostas, sendo na essência, portanto a unidade de ambas as fases, esse movimento é também na essência a separação delas e a afirmação recíproca de independência. (...) *A crise, portanto revela a unidade dos elementos que passaram a ficar independentes uns dos outros. Não ocorreriam crises se não existisse essa unidade interna de elementos que parecem comportar-se com recíproca indiferença*. [grifo meu] (Marx, 1980:936)

Nota-se, portanto que para Marx as contradições são as rupturas de elementos opostos que formam uma unidade e a crise é a reunião destas unidades. O segundo elemento importante é identificar todas as contradições do processo de reprodução do capital, desde suas formas mais abstratas até as mais concretas.

> As crises do mercado mundial têm de ser concebidas como a convergência real e o ajuste à força de *todas as contradições da economia burguesa.* Os diversos fatores que convergem nessas crises têm portanto de ser destacados e descritos em toda esfera da economia burguesa, e, quanto mais nesta nos aprofundarmos, têm de ser detectadas novas

> características desse conflito, e ainda é mister demonstrar que as formas mais abstratas dele são interativas e se contém nas mais concretas. (Marx, 1980: 945).

Com isso, torna-se evidente que o desenvolvimento da teoria da possibilidade da crise deve partir da contradição mais abstrata do modo de produção capitalista, representada pela mercadoria enquanto unidade entre valor e valor de uso, de modo que esta seja desdobrada até os níveis mais concretos da análise, passando pelo circuito do capital, pela reprodução do capital social, pela concorrência até chegar às relações com o crédito. Ademais, o desenvolvimento da possibilidade à partir das concretizações sucessivas deve mostrar como os níveis de possibilidade mais abstratos vão sendo subsumidos e, portanto, subsistem nos níveis mais concretos da análise.

A possibilidade de crise no sistema monetário

A possibilidade de crise implícita na divisão da mercadoria em mercadoria e dinheiro e, portanto, na necessária separação entre compra e venda reaparece quando a circulação de mercadorias se dá sob a égide do capital.

Na circulação de mercadorias a possibilidade de crise está na possibilidade de que as duas fases da metamorfose da mercadoria não se encadeiem imediatamente uma após a outra:

> quando dizemos que a forma simples da metamorfose encerra a possibilidade da crise, expressamos apenas que nesta própria forma está a possibilidade da ruptura e da dissociação de fases que na essência são complementares. (...) Possibilidade geral e abstrata da crise significa apenas a forma mais abstrata da crise, sem conteúdo, sem o impulso pertinente a esse conteúdo. (Marx, 1980: 944).

A separação entre venda e compra permite que o dinheiro obtido na venda se demore nas mãos do vendedor antes de realizar a segunda fase da metamorfose que é a compra. Dependendo da duração dessa interrupção na circulação de mercadorias, a seqüência de intercâmbio entre os vários produtores pode ser afetada de modo cumulativo: a interrupção do dinheiro num ponto provoca o entesouramento de dinheiro em outros pontos da circulação. Logo o problema circulatório se avoluma transformando-se numa crise geral. Ou como diz Marx na *Teorias da Mais Valia*: “num dado momento a oferta de mercadorias é maior do que a demanda pois a demanda da mercadoria geral, o dinheiro, é maior do que a demanda pelas mercadorias particulares” (Marx, 1971: 505). A demanda da mercadoria universal sendo maior do que a demanda pelas outras mercadorias particulares, segue uma crise geral na qual se tornam supérfluas mercadorias de toda espécie.

A possibilidade de crise na circulação do capital total

A circulação geral de mercadorias no capitalismo se apresenta como a união da circulação simples de mercadorias que caracteriza o consumo individual com o circuito dos vários capitais que constituem o consumo produtivo.

A circulação simples aparece no movimento de venda da força de trabalho com o objetivo de comprar os meios de subsistência necessários ($FT – D – M$) e no consumo

capitalista, consumo esse que pressupõe a venda das mercadorias cujo valor é equivalente à porção consumida da mais valia total (*m – d – m*).

A função de meio de pagamento do dinheiro, no contexto do circuito do capital, é tomada pela figura do crédito comercial mediante a emissão de uma letra de câmbio.

O crédito comercial realiza a função do dinheiro como meio de pagamento quando as mercadorias circulam através de títulos de crédito. Da mesma forma que antes na circulação simples o capitalista compra antes de vender. A compra se consolida através da emissão de uma letra de câmbio que é utilizada como dinheiro em sucessivas transações. Na data de expiração da letra a mercadoria universal, o dinheiro propriamente dito, entra em ação na sua função de meio de pagamento e cancela a dívida. Como a mesma letra de câmbio forma uma série de relações de crédito o seu pagamento é condição para o cancelamento sucessivo da cadeia de dívidas (Marx, 1971: 511).

Circuito do capital

A fórmula do capital apresenta os mesmos elementos formais da circulação simples de mercadorias, mas de modo invertido: D – M – D. Esse circuito implica que a venda é necessária para fechar o circuito. A realização da venda requer uma fonte de dispêndio externa ao circuito. Essa fonte pode ser outros capitalistas enquanto consumidores ou elementos da classe trabalhadora, caso esse no qual a mercadoria produzida no circuito acima seja um meio de consumo individual; ou outros capitalistas enquanto compradores de meios de produção caso no qual a mercadoria originária do circuito acima seja um meio de produção. A possibilidade de ruptura se alarga. Ao invés de termos apenas comprador e vendedor agora temos três possíveis fontes a partir das quais podem se originar interrupções nas vendas e, portanto, possibilidade de crise. Mas ainda apenas possibilidade.

A interrupção do circuito de um capital representa a interrupção do circuito de outro capital. O circuito do capital pressupõe a passagem sucessiva e a existência simultânea do capital em todas as suas formas. Uma interrupção na passagem sucessiva destrói a existência simultânea: vendas caem, produção se retrai, compras de meios de produção se reduzem. Importante notar aqui que as compras se reduzem não porque não se obteve o dinheiro da venda (como na possibilidade da crise), mas porque a escala de produção entra em choque com a escala das vendas. Isso significa que interrupção numa fase de um capital leva necessariamente a uma interrupção total ou parcial do circuito de outros capitais independentemente da circulação do dinheiro.

Dos esquemas ao crédito

Na análise do circuito e seu impacto sobre o circuito de outros capitais é possível abstrair do valor de uso. Na análise da reprodução do capital social total isso não é possível, pois o intercâmbio de magnitudes determinadas de valor deve permitir a reposição de determinados valores de uso de tal modo que a reprodução real seja assegurada.

A unidade de valor e de valor de uso da reprodução agregada coloca novos problemas, pois parcelas de valor circulam, mas seus valores de uso precisam ser

repostos e por outro lado parcelas de mais valia se acumulam em dinheiro saindo momentaneamente da circulação.

Ademais, a reprodução do capital social total requer a concatenação entre as compras e vendas de meios de produção, a circulação da renda dos capitalistas, assim como o gasto de consumo dos trabalhadores. Todos os elementos acima mencionados aparecem, portanto, subsumidos nos esquemas de reprodução. Os esquemas mostram as condições de proporção entre esses três elementos para que a reprodução normal se verifique. Essas condições são também condições de possibilidade de desproporção e crise relacionadas à formação de fundos de capital dinheiro potencial ao longo dos vários circuitos individuais, fundos esses que requerem injeções compensatórias por parte de outros capitais para que o capital produtivo potencial (produzido para a acumulação) encontre compradores. Mas a possibilidade de defasagem não é ainda uma necessidade de defasagem, pois não se demonstra a esse nível de análise nenhum mecanismo que necessariamente leva à desproporção.

O mesmo se aplica à análise do fundo de acumulação. À acumulação de lucros com vista à expansão do capital produtivo social corresponde no fluxo corrente de negócios uma produção de capital produtivo adicional. Isso significa que à formação de fundos de acumulação em estágio de engorda deve corresponder o dispêndio de fundos previamente acumulados de mesma magnitude do capital produtivo adicional disponível. Essa condição de proporcionalidade também é uma condição de defasagem e, portanto, de possibilidade de crise.

A reprodução e o sistema de crédito desenvolvido

A concentração dos fundos monetários dispersos operada pelo sistema bancário gera efeitos novos e fundamentais para o desenvolvimento da possibilidade em necessidade de crise. Essa concentração representa uma economia de reservas ao nível agregado já que os bancos necessitam manter em dinheiro apenas aquela fração dos depósitos totais em média demandadas diariamente. Enquanto para os capitais individuais suas reservas se mantêm iguais para o capital social elas se reduzem a um mínimo potencializando assim a acumulação de capital. Mas isso não é tudo.

O sistema bancário concentra não somente os fundos relacionados à reprodução do capital, mas também os fundos relacionados aos fundos monetários de consumo das várias classes sociais. Isso significa que a acumulação de capital de empréstimo nos bancos cresce acima dos fundos que emanam da reprodução direta dos capitais. A acumulação ganha um impulso já que a quantidade de capital de empréstimo cresce acima do fundo de acumulação. Isso significa que o fundo de capital produtivo adicional pode crescer à frente do fundo de acumulação, enquanto antes de introduzirmos o sistema de captação bancária os dois tinham que ser necessariamente correspondentes para permitir a reprodução balanceada. Temos agora uma necessária defasagem criada pela diferença entre acumulação real e acumulação monetária.]

Progresso técnico, crédito e reprodução simples

O progresso técnico implica a necessidade de crédito, na medida e que penetra o tecido da reprodução via reposição do capital velho e via acumulação de novo capital. No que diz respeito à reposição acelera a depreciação, pois impõe uma depreciação competitiva antecipada que requer a complementação do fundo de depreciação insuficiente por um fundo auxiliar bancário. Vejamos isso mais detalhadamente.

A possibilidade de desequilíbrio entre o fundo de depreciação (d) e capital fixo (cf) a ser reposto *in natura* ganha uma realidade palpável ao longo do processo de desenvolvimento e evolução do maquinário. Concretiza-se aqui um mais alto grau de possibilidade de crise na medida em que a depreciação moral do equipamento em uso impõe sua substituição antes da constituição do fundo de depreciação relativo às máquinas ultrapassadas do ponto de vista da concorrência. O descompasso agora é uma necessidade do processo de acumulação na medida em que todos os capitais irão lutar para incorporar o novo equipamento mais produtivo. O *gap* entre demanda e oferta de fundo de reposição na forma de fundo de depreciação só pode ser coberto pela complementação de crédito, cujo limite é o montante global do fundo de depreciação se pensássemos em termos de reprodução simples.

Reposição antes da depreciação real impõe necessidade do crédito. Ao nível da reprodução simples há tendência de aprofundar o desequilíbrio já existente entre formação de fundo e necessidade de fundos. Em termos de reprodução simples a demanda será maior que a oferta.

Se considerássemos a existência de apenas um banco tudo o que o banco precisa reter é a média de retiradas diárias, de modo que pode emprestar a maior parte dos fundos depositados. Os cheques se compensam; o dinheiro não sai do sistema. Parece tudo seguro. Porém, é importante notar que as reservas a nível individual são socializadas pelo sistema bancário e reduzidas ao mínimo necessário das retiradas diárias. Elas não existem como tais, no banco, mas continuam sendo passivo bancário.

A reprodução ampliada e o crédito

No que diz respeito ao aspecto da acumulação o progresso técnico antecipa os projetos de expansão já que as empresas, em constante batalha competitiva, não podem esperar que se forme apenas endogenamente o fundo de acumulação. Assim, se, por um lado, o sistema de crédito dá uma elasticidade ao crescimento acima das possibilidades fornecidas pelos fundos de acumulação, por outro, o progresso técnico impõe a necessidade de crédito.

A acumulação monetária avança à frente da acumulação real na medida em que concentra massas monetárias que não representam mais valia a ser transformada em capital produtivo. Esse é o caso da concentração nos bancos de todas as somas que representam fundo de consumo das várias classes sociais ou fundos de *rentiers*. Essas somas monetárias são também utilizadas ao limite das necessidades diárias de retiradas por parte dos depositantes. A acumulação real se nutre de uma fonte de capital de empréstimo cuja origem não é o fundo de acumulação e, portanto, leva o processo de acumulação de capital ao paroxismo.

A reprodução ampliada apresenta momentos de aceleração nos quais a necessidade de ampliação das instalações e equipamentos se generaliza. Se abstrairmos dos bancos isso significa que haveria um aumento do crédito comercial correspondente ao aumento generalizado da demanda de meios de produção. Isso é necessário, pois estamos assumindo um aumento do ritmo de acumulação acima do nível permitido pela acumulação de capital dinheiro potencial.

A fase inicial da expansão apresenta um alargamento da diferença entre a taxa de lucro (l') e a taxa de juro (j') e, portanto, um crescimento do lucro de empresário a partir do capital de empréstimo. Isso representa um estímulo ao crescimento com base no crédito. Mas não é só. A taxa de lucro sobre o capital próprio é tanto maior quanto maior é o recurso ao crédito já que o lucro de empresário que se obtém sobre o capital tomado de empréstimo figura no cálculo da taxa de lucro sobre o capital próprio: ou

seja, é lucro que não custa investimento de capital próprio. Mais ainda, o ganho de empresário, computado aí não só o lucro de empresário, mas também o juro sobre o capital próprio se eleva acima da taxa média de lucro para aqueles que utilizam mais crédito (Germer, 2007). Isso significa que o recurso ao crédito é uma potente arma da concorrência já que permite realizar a luta por aumento da parcela de mercado em condições mais vantajosas mesmo utilizando-se a mesma tecnologia dos concorrentes, ou seja, mesmo sem redução do custo unitário.

A formação de fundos por parte das empresas e a extensão da função do dinheiro como meio de pagamento determina a fração desses fundos que pode ser continuamente emprestada. No início do ciclo essa fração aumenta favoravelmente, pois a necessidade de investimento é pequena: todos depositam sem sacar. O excesso de capacidade produtiva, isto é, capacidade produtiva não utilizada, faz com que nas fases iniciais da recuperação econômica a formação de fundos seja maior do que a demanda por eles. A taxa de juros se mantém baixa.

No curso da acumulação essa crise se torna mais e mais possível, pois: (1) capitais que tomam emprestado crescem mais rapidamente; (2) ritmo da depreciação moral faz com que fundo de depreciação seja sistematicamente menor do que o necessário para reposição do capital fixo; (3) a função de meio de pagamento do dinheiro, potencializada pelos bancos, faz com que reprodução ampliada proceda sem necessidade do dinheiro. A cadeia de crédito se estende muito além da quantidade de dinheiro para saldá-la o que evidencia o amadurecimento da possibilidade de crise.

Crédito e valor: da possibilidade à necessidade

O progresso técnico não somente implica num aumento da exposição ao crédito como também leva a uma redução gradativa do valor de mercado e, portanto, a uma deflação face à uma dívida nominal constante tal como proposto por Weeks (1980). A produção dá um salto sobre a base de uma produtividade mais alta e também sobre a base de uma mais alta exposição ao crédito. À medida que os valores das mercadorias começam a refletir a mais alta produtividade e se reduzem, as firmas começam a se defrontar com fluxos nominais incompatíveis: crescimento dos lucros em ritmo de diminuição devido à diminuição dos preços face a um fluxo de obrigações financeiras baseadas numa dívida nominal constante.

Conclusões

Este trabalho é uma tentativa de sistematizar a análise da possibilidade da crise, inscrita na mera metamorfose da mercadoria, em direção a sua concretização. Para tal procurou-se adicionar as determinações que emanam da análise do capital ao nível cada vez mais concreto. O desenvolvimento desta perspectiva para o entendimento da crise econômica deve permitir o entendimento de qualquer crise econômica que se manifeste como: (1) um distúrbio generalizado no processo de reprodução; (2) uma ruptura na interconexão dos circuitos dos capitais individuais; (3) na impossibilidade dos capitais individuais proverem uns aos outros as condições para a continuidade dos seus circuitos.

Referências

Grossmann, Henryk. *The law of accumulation and the breakdown of the capitalist system: being also a theory of crises*. London: Pluto Press, 1992.

Shaikh, Anwar. *Valor, acumulación y crisis: ensayos de economía política*. Bogota: Tercer Mundo editoresa, 1991.

Itoh, Makoto. *Value and Crisis. Essays on Marxian Economics in Japan*. New York and London: Monthly Review Press, 1980.

Itoh, Makoto. *The Basic Theory of Capitalism: The Forms and Substance of the Capitalist Economy*. New Jersey: Barnes & Noble Books, 1988.

Germer, Claus. "Implicações da divisão do lucro médio em lucro de empresário e juro". *Anais do XI Encontro Nacional de Economia Política*, FEA – USP, São Paulo, 5 a 8 de Junho de 2007.

Marx, Karl. *Theories of surplus-value*, vol. II. Moscou: Progress Publishers, 1971.

Marx, Karl. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico***.** Livro 4 de O Capital. v. 2, São Paulo: DIFEL. 1980.

Marx, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III. 2. ed., São Paulo: Nova Cultural. (Coleção Os Economistas, livro terceiro, v. IV), 1986.

Weeks, John. *Capital and Exploitation*. New Jersey: Princeton University Press, 1981.